

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



GOMES, João Augusto Marques (Aveiro, 1853 – ?, 1931)

João Augusto Marques Gomes, filho de Francisco Tomé Marques Gomes e de Ana Cândida Barros de Almeida, nasceu na freguesia de Vera-Cruz, em Aveiro, a 6 de Fevereiro de 1853. Estudou no então Liceu Nacional de Aveiro. Foi escriturário no Governo Civil de Aveiro, todavia não se empenhou numa carreira na administração pública, uma vez que, segundo ele, necessitava do seu tempo para se ocupar pelo estudo da história da arte, do qual era um entusiasta. Esse entusiasmo advinha, em parte, dos variados documentos e obras historiográficas deixadas pelo seu pai e pelo seu avô e que podem ter contribuído para o seu interesse pela História. Também foi jornalista tendo, para o efeito, iniciado a sua actividade no seu distrito natal – Aveiro publicando crónicas. Foi colaborador efectivo do *Distrito de Aveiro* e *O Campeão das Províncias* tendo também colaborado noutros periódicos.

O seu primeiro estudo histórico relevante foram as *Memórias de Aveiro*, publicadas quando tinha 22 anos (1875). Aliás Marques Gomes sempre evidenciou grande preocupação com a história da sua cidade natal e com a sua memória. Nesta obra são evidenciadas duas grandes linhas de força: decadência e progresso de Aveiro ao longo dos séculos, pois Aveiro teria acompanhado sempre os momentos de crise e de prosperidade que Portugal atravessou ao longo da sua história, marcados porém, pelas crises que a Europa também passou (queda do Império Romano, consequências das lutas travadas entre Cristãos e Árabes na Península Ibérica). Não obstante, Aveiro começou a ganhar importância (apesar de efémera, segundo o próprio) durante o reinado de D. Dinis e do seu filho D. Afonso IV pelos privilégios doados pelos monarcas aos aveirenses (*Memórias de Aveiro*, 1875, pp. XI-XIII).

A cidade de Aveiro, isto é, sua história e memória local, foram uma constante durante a carreira de Marques Gomes tal como a importância que deu a cidadãos aveirenses que se tornaram ilustres nos seus combates pela liberdade associando Aveiro a épocas de progresso da história de Portugal. Entre esses cidadãos ilustres Marques Gomes destaca a figura de José Estevão à qual dedica uma pequena súpula biográfica aquando do primeiro centenário do seu nascimento (*José Estevão*, 1909). De salientar também que se associou, durante as festas comemorativas do primeiro centenário do nascimento de José Estevão, à inauguração de um monumento em memória de todos os aveirenses que morreram, sofreram e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

combateram pela liberdade. Nesse sentido Marques Gomes realizou um pequeno estudo a essas festividades. (*Aveirenses que morreram, sofreram e combateram pela Liberdade*, 1909, pp. 29-35).

O autor também publicou um trabalho acerca do centenário da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820. Nesse estudo começou logo por glorificar a cidade de Aveiro referindo mesmo que a organização do Sinédrio teve ramificações na cidade aveirense. E prestou homenagem a Manuel Fernandes Tomás, um dos fundadores do Sinédrio juntamente com Ferreira Borges e Silva Carvalho, e que foi o motor da Revolução Liberal de 1820. (*Centenário da Revolução de 1820*, 1920, p.1; *Aveiro Berço da Liberdade. A Revolução de 16 de Maio de 1828*, 1928, p. 5).

Os conhecimentos de Marques Gomes sobre o constitucionalismo e a história nacional também mereceram destaque ao longo da sua carreira de escritor. Nesse sentido uma das obras mais importantes sobre a história constitucional do Portugal do século XIX intitulou-se *Lutas Caseiras – Portugal de 1834 a 1851*. Nesta obra o autor pretendeu dar a conhecer a história dos partidos políticos em Portugal num período bastante rico em revoltas partidárias até à Regeneração. Desse leque de partidos Marques Gomes fez a respectiva leitura ideológica: os vintistas mantinham a sua fé inabalável nos princípios liberais da Revolução de 1820, os moderados que se tornaram «dissidentes» dos princípios que presidiram à revolução liberal, os absolutistas que, apesar de se manterem fiéis ao seu ideário, aceitavam a transição para o liberalismo mesmo não concordando com o novo regime e os ultra-realistas que só reconheciam a autoridade do Reino a D. Carlota Joaquina (*Lutas Caseiras*, p. LXX).

Marques Gomes reflectiu também sobre a Revolução de Setembro de 1836 que repôs as prerrogativas da Constituição vintista. Para o autor uma das causas para esta revolta resultava do efeito da revolução em Espanha, no ano anterior ao da revolução setembrista, ter instituído como lei do Estado a Constituição de Cádiz em 1812. Por fim fez uma análise crítica ao mito das Cortes de Lamego levantada por José de Arriaga acerca do princípio da *legitimidade pura* levantado após a morte de D. João VI. Segundo José de Arriaga, D. Pedro IV sendo Imperador do Brasil, não podia suceder a D. João VI na coroa portuguesa por ser estrangeiro, segundo a acta das Cortes de Lamego, sendo D. Miguel o legítimo sucessor ao trono. Ora Marques Gomes contrapõe esta visão de José de Arriaga reiterando que D. Pedro IV era português e que o facto de ter assumido a coroa do Brasil não lhe tirava a sua nacionalidade referindo mesmo que as próprias Cortes de Lamego só excluía da ascensão ao trono os verdadeiros estrangeiros e não os que haviam nascido em Portugal (*Lutas Caseiras*, pp. 500-501).

Marques Gomes nesta sua obra sobre o constitucionalismo liberal e no qual estabelece um período cronológico específico (1834 a 1851) procurou fazer uma história muito cronista baseando-se em citações de deputados das Cortes. Também procurou descrever as bases ou princípios que os partidos políticos estabeleciam entre si tal como o confronto ideológico entre ambos. Evidente é o apego aos conceitos de «revolução» e «contra-revolução»: o autor também tinha a tendência em tomar partido dos princípios



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

liberais muito próprios da época em que viveu. Essa tomada de partido verifica-se longo no princípio da obra em que glorifica a Revolução Liberal de 1820 colando o seu sucesso também à participação de Aveiro, sua terra natal, no desfecho do acontecimento.

Marques Gomes participou na elaboração do 12º volume da *História de Portugal popular e ilustrada* de Manuel Pinheiro Chagas. Nesta obra o seu contributo é mais abrangente e não abarca tanto a história local mas um conjunto de acontecimentos políticos importantes da vida nacional da segunda metade do século XIX, desde o início do período intitulado de Regeneração (1851) até ao «Ultimatum» Inglês de 1890.

Os primeiros capítulos dão particular ênfase às políticas de obras públicas empreendidas por Fontes Pereira de Melo como a construção de estradas, pontes e caminhos de ferro. Além disso este movimento político de 1851 intitulado Regeneração traduzia-se num período que trouxera acalmia política, maior liberdade e tolerância e as políticas de desenvolvimento das infra-estruturas evidenciavam uma ideia de progresso do país. A afirmação das primeiras ideias republicanas em Portugal face ao constante declínio da Monarquia Constitucional é outro dos pontos fortes evidenciados por Marques Gomes nesta obra. Outro dos aspectos evidentes que Marques Gomes retomou, como característica dos seus estudos históricos, foram as comemorações dos centenários de Camões em 1880 e do Marquês de Pombal em 1882. No tricentenário de Camões Marques Gomes viu o papel histórico de Portugal na marcha da civilização moderna e a sua epopeia de liberdade, fraternidade e progresso (pp. 505-507). No que diz respeito ao centenário do Marquês de Pombal, e ao contrário de que acontecera com Camões em 1880, coube ao governo a sua organização, tendo para o efeito, nomeado uma comissão presidida por Rodrigues Sampaio. O autor desenvolve uma interpretação historicista de Pombal apresentando-o à sociedade portuguesa do século XIX como um "(...) dos percursores do liberalismo e da própria democracia." (*História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, 1996, p. 623). Outro dos momentos históricos, de particular importância, evidenciados nesta obra por Marques Gomes é o *Ultimatum* Inglês de 1890. Este acontecimento político, que marcaria «o progresso da decadência» da Monarquia Constitucional, surgiu num contexto em que Portugal procurou definir as suas fronteiras em África e, para tal, desenhou um mapa onde ficariam unidos, sob administração portuguesa, os territórios de Angola e Moçambique e que foi aceite internacionalmente, mapa esse que ficou conhecido por «mapa cor-de-rosa».

Em suma esta participação de Marques Gomes no volume XII da História de Portugal, sob a direcção de Pinheiro Chagas, confirmou a importância da sua escrita histórica no panorama nacional fazendo figurar o seu nome entre os membros da Academia de Ciências de Lisboa. O seu olhar sobre a história nacional, tal como pela história e memória local, é claramente liberal, embora no último quartel do século XIX verifiquemos uma transição para a ideologia republicana. A construção deste olhar ideológico está bem patente nos conceitos que são empregues ao longo dos seus estudos. Conceitos como *liberdade* e *progresso* moral dos homens são muito utilizados nos estudos efectuados por Marques Gomes, dando lugar

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

destacado à sua cidade natal (Aveiro), como baluarte da defesa desses princípios ao longo dos momentos de decadência vividos na história de Portugal e essa ideia de liberdade encontra pontos de contacto com Oliveira Martins (*História de Portugal*, s.d., p. 529). Exemplos dessa historiografia liberal são a valorização das comemorações do centenário da Revolução Liberal de 1820.

Na sua obra *Lutas Caseiras* é muito evidente o uso de citações de deputados das Cortes Constituintes, militares, intelectuais, decretos ministeriais e da imprensa periódica da época, a composição dos vários governos fazendo notas biográficas sobre os ministros, tal como é muito notório a utilização dos conceitos de *revolução* e *contra-revolução* pelas variadas tendências ideológicas presentes nas mesmas. Não existe uma interpretação crítica desse período político-constitucional do liberalismo oitocentista, antes uma narração dos acontecimentos políticos da época em causa. Já no que diz respeito à sua participação no volume XII da *História de Portugal* de Pinheiro Chagas verificamos que há uma transição do pensamento de Marques Gomes das ideias liberais, para as ideias republicanas. Acontecimentos políticos como as Conferências Democráticas do Casino, os centenários de Camões e de Pombal e ainda o *Ultimatum* Inglês ilustram, segundo Marques Gomes, o declínio da Monarquia Constitucional e a necessidade de uma mudança que fosse precursora de um futuro de progresso e de esperança que, neste caso, seria a República. Por isso Marques Gomes irá aderir ao novo regime republicano inaugurado pelo 5 de Outubro de 1910.

Bibliografia activa: *Memórias de Aveiro*, Aveiro, Typ. Commercial, 1875; *Luctas Caseiras - Portugal de 1834 a 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894; *História de Portugal popular e ilustrada. Desde a morte de D. Maria II até aos nossos dias* (dir. de Pinheiro Chagas), vol. XII, Lisboa, Emp. da História de Portugal, 1907; José Estevão, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909; *Aveirenses que morreram, sofreram e combateram pela liberdade*, Aveiro, Typ. do Campeão das Províncias, 1909; *Centenário da Revolução de 1820: integração de Aveiro nesse glorioso movimento*, Aveiro, s.n., 1920; *Aveiro berço da liberdade: a revolução de 16 de Maio de 1828*, Aveiro, Tip. Luso, 1928.

Daniel Ramalho



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA